

DUAS ESCRITORAS IBÉRICAS DO SÉCULO XVII: BERNARDA FERREIRA DE LACERDA E MARIANA DE LUNA

Fabio Mario da Silva – Universidade de Évora

Ana Luísa Vilela – Universidade de Évora

famamario@gmail.com

Resumo: Entre o final do século XVI (1580) até meados do século XVII (1640), a Península Ibérica passava por profundas transformações políticas e culturais: o domínio espanhol sobre Portugal transformou o país numa nação periférica em relação a Europa. Estes factores influenciaram profundamente a literatura portuguesa: verificamos, por exemplo, que a maioria dos autores começaram a escrever em castelhano ou nas duas línguas. Isto fica claro nas obras de duas escritoras portuguesas que viveram durante este período: Dona Bernarda Ferreira de Lacerda, com a sua obra *Soledades de Buçaco* (1634), um trabalho escrito sob o domínio espanhol; e Dona Mariana de Luna, com *Ramalhete de flores: a felicidade deste Reyno de Portugal em sua milagrosa restauração por Sua Magestade Dom João IV* (1640), obra publicada em plena restauração portuguesa. Este trabalho tem por objectivo analisar como essas duas escritoras se tornaram pioneiras na literatura portuguesa e como as suas obras reflectem os problemas vividos, nesta época, na Península Ibérica.

Palavras-chave: autoria feminina, Península Ibérica, literatura portuguesa, Dona Bernarda Ferreira de Lacerda, Dona Mariana de Luna.

Abstract: From the end of the 16th century (1580) until mid-17th century (1640), the Iberian Peninsula witnessed profound political and cultural transformations: the Spanish dominion over Portugal changed the country into a subaltern and peripheral nation in relation to Europe. This factor also influenced Portuguese literature: we verify, for example, that most of the authors of the time started to write in Castilian or in both languages. This is visible in the work of two Portuguese women writers who lived during this period: Dona Bernarda Ferreira de Lacerda and her *Soledades de Buçaco* (1634); a work written under Spanish dominion; and Dona Mariana de Luna, with the work *Ramalhete de flores: a felicidade deste Reyno de Portugal em sua milagrosa restauração por Sua Magestade Dom João IV* (1640), a work on the Restoration of the Portuguese sovereignty. The paper will analyze how these two writers became pioneers in Portuguese literature and how their works represent the problems lived in the Iberian Peninsula at the time.

Keywords: feminine authorship, Iberian Peninsula, Portuguese literature, Dona Bernarda Ferreira de Lacerda, Dona Mariana de Luna.

1.

Será talvez útil, referindo-nos à produção literária das autoras que elegemos para este trabalho, revermos o contexto político e sócio-cultural das suas obras, para permitir a apreensão das linhas de pensamento predominantes e que as influenciaram.

A época histórica das nossas autoras é, no território português, particularmente sensível. O reino sofria com as pestes, a inquisição, as crises financeiras e a fome: assim começa (1568) o reinado de Dom Sebastião. Com o objectivo de estender o Império Lusitano pelas terras da Mauritânia, o rei português renova a política de Dom Afonso V, com auxílio do seu tio Filipe I de Espanha, e do papa, que o autorizava a cobrar rendimentos eclesiásticos. Deste modo, organizou-se um exército de 18.000 mil homens, travando uma batalha em 4 de Agosto de 1578 em Alcácer Quibir. Com ela, que significou a derrocada do exército português e a morte do jovem rei, iria nascer o mais persistente mito que, até ao século XX, alimentará o imaginário colectivo português. Na altura, também a população e o reino de Portugal iriam sofrer drásticas consequências, que culminaram com a perda da soberania para Espanha, durante os sessenta anos seguinte. É justamente nesse período que vivem Bernarda Ferreira de Lacerda e Maria de Luna: uma época turbulenta na história de Portugal - a dinastia filipina, que compreende o período entre 1580 e 1640.

Neste período, chegaram ao poder, na Península Ibérica, Filipe II, III e IV de Espanha como Filipe I, II e III de Portugal que, necessariamente, nunca habitaram no reino e nem em Portugal mantiveram nenhum tipo de laço sanguíneo. Sobretudo, trata-se de um período conturbado de muitas revoltas contra a coroa filipina, estourando em Lisboa e no resto do país vários motins contra as tropas castelhanas. Os monarcas espanhóis são aclamados em terras portuguesas mais por imposição do que por vontade própria do povo, pois ainda permanecem na memória popular a imagem combatente de Dom Sebastião e de D. António, Prior de Crato, grande rival de Filipe II. José Veríssimo Serrão acredita que a época de dominação espanhola corresponde a um período de grande riqueza cultural; porém, reconhece que para a maioria da população este período foi considerado improdutivo:

Durante três séculos, a cultura do tempo foi considerada «menos», enroupando-se as suas produções literárias no quadro histórico do cultismo e do conceptismo, para assim as diminuir quanto ao estilo e ao conteúdo. A designação de «gongórica», para a fase seiscentista da nossa literatura passou a ser moeda corrente no fosso mental que se pretendia criar entre o Renascimento e o Iluminismo. A crítica liberal, por razões do sentimento oposta à Espanha, mais carregou de negras tintas o horizonte de 1580 a 1640, como se a realeza filipina tivesse destruído as linhas culturais da época anterior. (2000, p. 385)

Não podemos deixar de assinalar que é neste período que surge uma das principais fontes da história portuguesa das ideias, e componente da identidade nacional: a construção mítica do sebastianismo-saudosismo, uma peculiar forma de messianismo. A imagem de Dom Sebastião percorria o reino, surgiram¹ três supostos reis, a coroa espanhola tentava assiduamente apagar a esperança e o sentimento saudoso da população. Esta dinâmica não obedecia a nenhuma lógica racional, apenas a motivações de cunho sentimental como forma de manter viva o mito sebastianino e, conseqüentemente, a nacionalidade portuguesa: “O Sebastianismo perdurou por longos anos, renovando-se nos períodos mais críticos da nacionalidade, como o mito da esperança em melhor futuro, e veio influir fortemente na reacção contra o domínio filipino” (MARTINS, 1979, p.11).

Vale lembrarmos que esta época de dominação espanhola reflecte-se num modo muito particular das literaturas ibéricas: em Espanha, é precisamente o chamado “século de ouro” e, em Portugal, começa a dominar, já desde o último quartel do século XV, o bilinguismo, que se tornará mais forte nos poetas de Seiscentos. Camilo Castelo Branco resgata a importância da literatura portuguesa desta época, em detrimento da espanhola: “Portugal, entre 1580 e 1620, produziu, em várias províncias da ciência, livros comparativa e numericamente mais perfeitos e eruditos do que produzira antes de conquistado por Castela, exceptuada a epopeia de Camões” (1986, p. 19). Por seu turno, Hernâni Cidade acredita que a dependência política, em 1580, não amorteceu, antes intensamente reavivou, sob a forma de incontente orgulho nacionalista, a autonomia espiritual dos portugueses. E apesar de toda a submissão em relação ao domínio filipino, a literatura portuguesa manteve-se viva e crescentemente no seu teor glorioso e patriótico:

A revolução de 1640 durou breves horas e foi quási incruenta. O espírito de escol não podia mais preparado. Se a orientação política da Espanha parecia ter como objectivo provar *experimentalmente* a *verdade instintiva* (grifo do autor) da necessidade da independência, a pedagogia realizada pela literatura, durante os 60 anos de submissão e dentro dos limites impostos pelas circunstâncias, foi-a mantendo viva, impondo-a como postulado do nosso próprio destino ou como

¹ O primeiro suposto Dom Sebastião apareceu na primeira metade de 1584, em Penamacor. Era um noviço da ordem do Carmo, filho de um combatente de Alcácer Quibir, o qual se fazia acompanhar de dois pretensos servidores que, em forma de confidência, davam a entender que se trata do monarca. Em 1585 surge o segundo “rei”, Mateus Álvares, natural da Ilha Terceira. Já o terceiro e último apareceu em 1594, numa vila castelhana, Madrigal; era um modesto pasteleiro, Gabriel de Espinoso. Vale lembrar que todas essas investidas de anónimos tiveram como consequência imediata a sua condenação à morte.

necessária conclusão de uma omnímota superioridade em que todos acreditavam. (1940, p. 15)

2.

Observemos então como se comportam, literariamente, Bernarda Ferreira de Lacerda e Mariana de Luna, como quem procura respostas para as seguintes questões: estas autoras de alguma maneira eram influenciadas pela língua ou cultura espanhola? O que de genuinamente português têm suas obras?

Quando em 1634 vem à tona a segunda obra² da poetisa portuense Bernarda Ferreira de Lacerda (1595-1644), *Soledades de Buçaco*, a escritora já gozava de reputação e prestígio entre espanhóis e portugueses. Mais uma vez, a autora elege o idioma castelhano como forma linguística da sua produção literária. Desta forma, logo no início do poema, no prólogo, resolve esclarecer a razão do uso desta língua estrangeira, ao afirmar que ela era clara e comum e, desculpando-se, acrescenta que, se se ofenderem “os meus portugueses”, eles poderão regozijar-se por deterem o original (o Buçaco), de que lhes oferece a autora nesta cópia (obra) o menos do muito que ele vale. Thereza Leitão de Barros acredita que é penas por “infeliz acaso” que a escritora escreveu quase sempre em espanhol (cf. 1924, p.182). Já Hernâni Cidade opina que, se a autora prefere o espanhol, será porque, como mesmo ela afirmou no prólogo da sua *Hespaña Libertada*, esse idioma seria “fácil” para todos; e acrescenta ainda a seguinte defesa às palavras da poetisa:

Para comunicar ao mundo a admiração das façanhas dos heróis portugueses; para mostrar a superioridade portuguesa nas várias competências da vida de acção como da vida de pensamento; ou apenas para garantia da voga mundial, da perduração através dos séculos, de uma grande criação artística, melhor seria – pensava-se – a universalidade do espanhol do que o âmbito confidencial do português. (1948, p.60)

² A primeira obra publicada pela autora foi *Hespaña Libertada* (1618). Uma continuação da *Hespaña Libertada* foi trazida a público, após a morte da escritora, por sua filha, Maria Clara de Meneses, no ano de 1673. Há também alguns poemas dispersos em obras de outros autores, bem como notas introdutórias de obras alheias, como *Malaca conquistada por o grande Afo. [i.é Afonso] de Albuquerque: poema heroico de Franco. [i.é Francisco] de Saá de Meneses com os argumentos de Dona Bernarda Ferreira [sic]...* Em Lisboa : por Mathias Rodrigues, 1634. Barbosa Machado ainda atribui a Bernarda outros textos perdidos: várias comédias (*El Caçador del cielo, Santo eustachio y la buena e mala fortuna*), outras poesias e diálogos, sem especificar títulos, bem como também uma obra histórica intitulada *Tragica conversão dos Christãos de S. Thomé, ou Preste João*, com 80 capítulos.

Discordando da opinião dos dois críticos citados, Óscar Lopes e António José Saraiva acreditam que, neste período de domínio filipino, e mesmo logo após a restauração, faltaria aos escritores uma consciência e uma prática linguística nacionais:

Uma das consequências deste academismo é a falta de cunho nacional. A Restauração não se reflecte imediata e visivelmente no plano literário, porque, como grupo social, que eram, destacado da massa, os literatos portugueses da segunda metade do século XVII, segundo a tradição, continuavam a procurar os seus modelos na poesia da corte filipina [...]. Mantém-se inclusivamente em moda o uso da língua castelhana, principalmente nos géneros mais nobres ou então mais retintamente espanhóis, como os romances de rima única e assonante. (2000, p.442)

Quanto nós, pensamos que as afirmações de Thereza Leitão Barros, ao acreditar ser um mero acaso a adopção pela autora da língua castelhana, parece ser um pouco precipitada. Pelo contrário, cremos que esta adopção é intencional, por várias razões. Primeiro, Bernarda Lacerda viveu num período no qual a língua espanhola era considerada uma língua franca na Península Ibérica. Tendo sido a autora educada por professores seleccionados por seu pai, de formação erudita, e dominando várias línguas, cremos que esta sua preferência pelo espanhol reflecte a busca de maiores prestígio e difusão. Em segundo lugar, a autora queria mostrar-se como mulher culta, como poucas de sua época, dominando a língua culta, a espanhola. Finalmente, para Bernarda de Lacerda, que escrevera sobre um tema referente à história da Espanha, na *Hespaña Libertada*, continuar escrevendo em castelhano facilitaria o seu reconhecimento em ambas as cortes: em Lisboa e em Castela. Não por acaso, os seus biógrafos referem que Bernarda Ferreira de Lacerda foi convidada por Filipe II de Espanha para mestre dos seus filhos, mas que ela teria recusado³.

Concordamos com Hernâni Cidade quando este identifica, na obra da escritora portuense, uma busca da valorização dos heróis portugueses. Porém, é preciso reconhecer que, em qualquer obra que trate da história dos dois países, necessariamente há que citar figuras de ambas as partes, porque Portugal e Espanha estão ligados

³ Conf. os seguintes estudos biográficos: Innocencio Francisco Silva. *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa: Imprensa nacional, 1973, pp. 23-24; Isabel Morujão. *Biblios – Enciclopédia Verbo das literaturas em língua portuguesa*. Porto: Verbo, 1995, pp.1327-1328; José de Jesus Maria et alli. *Chronica de Carmelitas Descalços, particular do reyno de Portugal, e provincia de Sam Felipe / pello P. Fr. Belchior de S. Anna*.

(mesmo quando querem se desligar um do outro) desde suas origens históricas. Por fim, pensamos que atribuir à universalidade do espanhol a escolha da autora nos parece equívoco. Lembremo-nos, a partir das considerações de Ivo de Castro, que a expansão da língua portuguesa, que começa no século XV, é anterior à espanhola; por isso, a língua portuguesa já nesta época era mais bem difundida, para além da Europa, do que a língua castelhana.

A obra *Soledades de Buçaco* divide-se em vinte partes sem título, com um extremo rigor métrico e uma grande variação lexical. Nota-se ainda (numa quebra que não segue nenhuma lógica aparentemente) que a autora escreve em língua portuguesa em 7 páginas: 93-95, 112, 119-121; também há alguns trechos em latim e italiano. A obra encerra-se com uma carta, sem indicação de autoria, na qual se louva a autora. Em relação à temática central do poema narrativo, a que Innocencio Francisco Silva também chama “romance octossílabo”, destacam-se alguns temas éticos e morais, tudo sob a óptica do elogio à vida de devoção da ordem das carmelitas. Faz-se uma descrição detalhada da flora e fauna de Buçaco, penetra-se em assuntos líricos ao divagar sobre as impressões e sentimentos de solidão trazidos pela mata. Num determinado trecho da obra, o “eu” lírico traz ao leitor uma visão do norte de Portugal (Coimbra, Viseu, Porto, Guarda e Leiria). Tal panorama torna-se visível a partir da serra do Buçaco, de que o “eu” quer mostrar, além das belezas naturais do local que descreve, a importância geográfica deste território inabitado e mágico. Buçaco é um misto de realidade histórica, local de reclusão religiosa e reflexão espiritual, onde alma, corpo e espírito entrariam em comunhão e perfeita harmonia. É uma prosa lírica, cheia de ritmos e de imagens de índole sensorial, nos quais as cores e detalhes de ornamentos se destacam na imaginação do leitor. O lugar é possuidor de tanta magia que até os deuses pagãos se juntam aos cristãos carmelitas em pura comunhão dos prazeres que lhes trazem o espaço envolvente:

Tre léguas de la ciudad
Que es de Portugal Athenas
Donde sus fillas mas nobles
Tienen Apolo, y Minerva (p.6)

Porém, há uma quebra do discurso místico e religioso aquando da presença desses deuses pagãos, que de certa forma introduzem no discurso imagens de recôndito

desejo solitário, que só é possível aos deuses mitológicos, pois a moral cristã não se enquadraria neste discurso:

Dryades son Delfos bosques
Virtudes que acompañando
Su soledad, enamoran
Angelicos solitários. (p.15)

Thereza Leitão de Barros, sobre a temática sobre da condição feminina nesta obra, observa que Bernarda tinha um posicionamento positivo em relação à escolarização da mulher e sublinha a seguinte questão:

Apenas se insurge contra a disposição que proíbe aos frades verem mulheres, até mesmo as «zagalas» que conduzem os rebanhos; D. Bernarda, negando as razões de tal rigor, atreve-se então a recordar que a mulher foi a própria reformadora dos carmelitas, Santa Tereza de Jesus – o «claro lucero del mundo» a quem ela dedicou os seus poemas. (1924, p. 180)

É importante observarmos que a mulher no século XVII estava confinada aos limites da sua casa e dos cuidados do seu cônjuge, e que a autora só foi erudita por causa da situação social dos seus pais, que também a impediram de entrar na ordem dos Carmelitas⁴. O trabalho literário da escritora centra-se em dois períodos fora do casamento: ou na época de solteira, ou quando era viúva. Por estas razões, ela consegue também destacar-se e conseguir produzir mais do que uma obra em plena época de submissão da mulher e de domínio masculino. O poema encerra-se com um lamento humilde por não ter sido possível alcançar o objectivo principal do discurso lírico: retratar a paisagem de Buçaco.

Através dos comentários tecidos, notamos que *Soledades de Buçaco* comprova que Bernarda Ferreira de Lacerda era capaz de escrever em várias línguas, sendo também conhecedora de várias obras clássicas, que cita no poema. A obra é construída, segundo Nieves Baranda, com uma clareza expressiva, como também acontece na *Hespaña Libertada*, e encontra-se mais cheia de adornos retóricos. Neste sentido Barandas tem razão; contudo, não é por ser um poema descritivo e muito técnico que ele

⁴ A veneração de Bernarda Ferreira de Lacerda pela ordem dos Carmelitas deve-se ao facto de sua família estreitar laços espirituais e de doação benevolente com esta ordem religiosa. A escritora intervém constantemente junto a Filipe III e a Dom João IV, pedindo apoio para os monges carmelitas nas suas missões pela Índia, justificando-as com o seu alto sentimento patriótico e oferecendo os filhos, já que a mulher não se oferecia aos combates, como prova do seu amor patriótico e como forma de compensação em relação aos seus pedidos de apoio à ordem religiosa.

não consegue atingir a evocação lírica do texto poético. Não podemos dizer, no entanto, por mais que se centre na temática referente às carmelitas, que este poema é uma obra de cunho religioso. O poema explora, cremos, uma das principais componentes da literatura e cultura portuguesa, o sentimento saudoso. Ou seja, apesar de tocar em assuntos referentes à história da Espanha e de escrever em castelhano, perpassam pela obra de Bernarda de Lacerda características bem identificativas: quer queiramos quer não, a combinação de dados biográfico-textuais torna possível ler os resíduos disseminados na escrita do poema como marcas do estilo do autor e da época literária a que pertence.

3.

Na lista de poemas e autores(as) portugueses(as) que Hernâni Cidade enuncia na sua obra *A literatura Autonomista⁵ sob os Filipes*, notamos que consta apenas uma única obra de autoria feminina: a da prestigiada Bernarda Ferreira de Lacerda. Porém, vale salientar que tanto o dito crítico, como várias histórias da literatura portuguesa⁶ e a maioria dos dicionários literários⁷, se esquecem de mencionar uma outra escritora, Dona Mariana de Luna, que escreve apenas uma obra poética histórica dedicada à Restauração Portuguesa - *Ramalhete de Flores: a felicidade deste reino de Portugal em sua milagrosa restauração por sua majestade Dom João IV (1642)*. A primeira questão levantada é: por que este esquecimento académico-crítico?

⁵ A definição de “literatura autonomista” está compreendida pelo autor da obra referenciada da seguinte forma: “A nação, ligada à Espanha pela monarquia dual, vivia praticamente numa dependência que a priori se poderia conceber – e a posteriori se soube com certeza – lhe seria cada vez mais insuportável e odiosa. Daqui o exacerbar crescente do sentimento autonomista, a aspiração mais e mais veemente e dinâmica da independência perfeita.” (1950, p.81)

⁶ Consultamos as seguintes edições, nas quais nada consta sobre a autora: 1- SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. 17 ed. Porto: Porto Editora, 2000. 2 - SIMÕES, João Gaspar. *História da Poesia Portuguesa. Séculos XII a XVII*. 3- BRAGA, Teófilo, *História da Literatura Portuguesa. Os seiscentistas*. 3.º vol. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984. 4- INSTITUTO PORTUGUÊS DO LIVRO. *Pequeno Roteiro da História da Literatura Portuguesa*. Lisboa/ I.P.L.: D.G.L.,1985. 5- ROSSI, Giuseppe Carlo. *Storia della Letteratura Portoguese*. Firenze, C.G. Sanzoni, 1953. 6- BARREIROS, José António. *História da Literatura Portuguesa. Século XII-XVIII*. Vol. I, 8.ª ed., Braga: Editora Pax, 1980.

⁷ Consultámos as seguintes edição, nas quais nada consta sobre a autora: 1-COELHO, Jacinto do Prado (org.). *Dicionário de Literatura (portuguesa, brasileira, galega e estilística literária)*. 5.º vol. 3.ª ed. Porto: Figueirinhas, 1984. 2 - SAMPAIO, Albino Forjaz. *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*. Vol. III. Lisboa: Bertrand, 1932. 3- BIBLOS. *Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. Lisboa: Verbo, 1999.

As únicas referências encontradas sobre a autora estão presentes no *Diccionario Bibliographico Portuguez*, nos Tomo VI (p.146) e XVI (p.366), de Innocencio Silva, e nas *Memorias de litteratura portugueza*, da *Academia Real de Sciencias de Lisboa*, de 1792, no Tomo VII, página 106. Tudo sobre a escritora é deveras nebuloso: só se sabe que nasceu em Coimbra, e que era filha de um Lente da Universidade. Tendo escrito apenas uma única obra, Innocencio Silva ainda referencia que podemos atribuir a Mariana de Luna a composição de três sonetos e uma décima rubricados apenas com as iniciais de D.M.L. Sabemos, no entanto, que a famosa autora Soror Violante do Céu dedica um soneto “A Dona Marianna de Luna”. Ora, a poetisa que cita Mariana de Luna nasceu em 1601 e morreu 1693, sendo a sua primeira obra, intitulada *Rimas varias*, publicada em 1646. Isto quer dizer que a freira ou conhecia pessoalmente a poetisa de Coimbra, ou tinha lida sua obra, lançada quatro anos antes da sua própria. Isto nos indica, se acaso for mesmo a mesma pessoa, que Mariana de Luna não era totalmente desconhecida como hoje nos aparente ser.

Mais um facto nos chama ainda a atenção: apesar da conquista da coroa portuguesa e da queda do domínio filipino, Mariana de Luna continua a escrever em ambas as línguas, português e castelhano. Afinal, por que ainda perdura a forma de se escrever em duas línguas, com destaque maior para a língua castelhana? É também importante observar em relação à estrutura da obra *Ramalhete de Flores* uma certa inconstância no que diz respeito às formas métricas: há redondilhas maiores, decassílabos e octossílabos. A obra é dividida em 5 partes, sendo apenas a primeira parte em português, e com dois sonetos, no final do texto, um em castelhano e o outro em português. Observamos, também, que no prólogo a poetisa faz um pedido de autorização pessoal junto ao Rei Dom João IV, dando-nos a impressão que ela teria contacto directo ou indirecto com a coroa portuguesa. No início do texto são relatados factos históricos como a data da aclamação do rei, 15 de Dezembro de 1640, com detalhes da solenidade da posse do novo rei. Fica-nos uma questão: apesar de ser de Coimbra a escritora pode ter estado em Lisboa aquando da posse do rei; apesar do uso constante de figuras retóricas, a inclusão de pequenos detalhes descritivos dá-nos a impressão de que ela teria vivenciado pessoalmente tais acontecimentos. É também deveras importante acrescentar que o texto recorre frequentemente às figuras das divindades gregas, personagens mitológicos, astros, factos relacionados com a história de Roma, Egipto e Grécia. Trata-se de um texto bem estruturado, composto não apenas

de elogios ao Rei, mas, sobretudo, em várias partes, discorrendo sobre temas heróicos de outros países, para mostrar o fulgor da nacionalidade portuguesa, sob a forma central da canção lírica, impregnada de comparações e metáforas. Os deuses greco-romanos aparecem, sobretudo, como forma de comparação com os feitos dos portugueses que, mesmo submetidos ao jugo de outra nação, lhes são superiores:

Outro, que do Grego Achiles
Aquelle a que cultou caro
Da fermola Policena
Ver o rosto soberano
Sem competência de Ulisses
os famosos Lusitanos,
mereciam bem armas,
pelo valor de seus braços

Na terceira parte da poesia a autora expõe, de forma muito subtil, as guerras entre Portugal e Castela, descrevendo os espanhóis como um povo “soberbo”. Na última parte deste canto continua exaltando o novo rei e prevendo, a partir de então, como será o futuro da nação:

Uniad famoso Rey, que la fortuna
Subirá a questros echos triumphales,
Hasta a los mesmos ordes de la Luna,
I os promete vitorias tou novales

Lembremo-nos que esta ideia de futuro está muito ligada ao passado dentro da cultura portuguesa. Lídia Jorge, na obra *Contrato Sentimental*, através de um texto ensaístico, apresenta-nos alguns factores relevantes sobre este património cultural e como se comportam os portugueses, na actual sociedade, diante dele. O texto é uma constante reflexão (em torno de temáticas como, por exemplo, comunicação, imprensa, livro, língua, cidades e mitos), contrapondo o Portugal de hoje, que tem futuro, com um possível Portugal num futuro distante, tudo sempre analisado a partir da óptica do passado. Para a autora o passado (morto) é o que constrói o futuro (o hoje):

[...] neste mundo mandam mais os mortos do que os vivos, e isso é particularmente verdade no que diz respeito à urbanização e às cidades [...] O futuro das cidades fica preso às pedras e aos tijolos com os quais elas são construídas, e a cada fundação corresponde um projecto que parece destinado à eternidade [...] Casas, avenidas, igrejas, palácios são sonhos de outros, que por aqui andaram, e aqui estão de pé, agarrados à terra. (2009, p.152)

É exactamente esta a dinâmica da obra de Mariana de Luna e Bernarda Ferreira de Lacerda: as autoras recorrem sempre ao passado português, como forma saudosa, projectando a partir dele o futuro. Mariana de Luna conjectura o futuro da nação, agora liberta do país vizinho, através da evocação de uma colecção de feitos passados, de factos históricos, de um ou de vários indivíduos, reais, lendários ou mitológicos. Tal evocação, discorrendo veementemente em atmosfera mística sobre impressões e sentimentos e metaforizando a grandeza da restauração portuguesa, compõe quase uma mini-epopeia.

Acreditamos que a escrita em língua castelhana ainda se sobrepõe, mesmo na obra em que se aclama a restauração portuguesa, porque era demasiado cedo para as autoras fugirem às normas que intrinsecamente permeavam, na época, a comunicação literária no meio culto. Concluimos que ambas as nossas autoras, Bernarda Ferreira de Lacerda e Mariana de Luna, cumpriram plenamente o seu papel de figuras ibéricas. Tendo uma das poetisas gozado de grande prestígio, notamos que as referências ao trabalho de ambas são, na sua generalidade, deveras superficiais e incompletas. Acreditamos que por terem adoptado a língua castelhana e talvez por terem tocado directamente em questões históricas da Espanha, os críticos literários portugueses tenham preferido deixar de lado as obras das escritoras. Pelo menos, é o que se nos afigura lendo as seguintes observações na *História da Literatura Portuguesa* de Óscar Lopes e António José Saraiva:

[...] O número de poemas épicos (narrativos ou didácticos) escritos por autores portugueses na esteira de *Os Lusíadas*, desde a data da sua primeira edição (1572) até meados do século XVII, atinge meia centena. Dessa longa série vamos referir apenas os poemas em português e de maior merecimento que se encontram ao nosso alcance, sem no entanto deixar de notar, como característico, que os moldes da epopeia camoniana serviram então por vezes a fins de didáctica religiosa (uma vintena de espécimes) ou à exaltação, em idioma castelhano, de glórias hispânicas em geral (Jerónimo Corte Real, a poetisa portuense Bernarda Ferreira de Lacerda, etc.) (2001, p. 367)

Ou seja, o que pode deduzir-se é que o carácter ibérico das autoras faz com que elas se configurem à margem da literatura portuguesa. Pode ler-se neste facto um certo

preconceito, não apenas em relação às produções literárias femininas desta época, mas também algum nacionalismo da crítica.

Finalmente, chegamos à conclusão de que, apesar de viverem durante um período sensível e difícil na história de Portugal, as duas escritoras cumpriram, mesmo que modestamente, seus papéis dentro da literatura e do compromisso que deve ter a poesia em todas as suas formas estéticas: “[...] a poesia comunica sempre todo o prazer que os homens são capazes de receber: é sempre ainda a luz da vida; a origem de quanto de belo, ou generoso, ou verdadeiro pode ter lugar numa época maldita.” (SHELLEY, 2001, p. 59)

Referências Bibliográficas:

Bibliografia activa:

LACERDA, Bernarda Ferreira de. *Hespaña Libertada* (primeira parte). Lisboa: Pedro Casbreeck, 1618.

LACERDA, Bernarda Ferreira de. *Soledades de Buçaco*. Lisboa: Matias Rodrigues, 1634.

LACERDA, Bernarda Ferreira de. *Hespaña Libertada* (poema póstumo, parte segunda, por sua filha Dona Maria Clara de Menezes). Lisboa: Juan de la Costa, 1673.

LUNA, Mariana de. *Ramalhete de flores: a felicidade deste Reyno de Portugal em sua milagrosa restauração por Sua Magestade Dom João IV, dedicado a mesma magestade*. Lisboa: Officina de Domingos Lopes Rosa (a custa da autora), 1642.

Bibliografia passiva:

ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. *Memorias de litteratura portugueza*. Lisboa: Officina da mesma Academia, 1792.

AFONSO, A. Martins. *Breve História de Portugal*. 4. ed. Porto: Porto Editora, 1979.

BARANDAS, Nieves. Mujer, escritura y fama: la *Hespaña Libertada* (1618) de Doña Bernarda Ferreira de Lacerda. *Península. Revista de Estudios Ibéricos*. n.º 0. Porto, 2003, p.225-239.

BARROS, Thereza Leitão de. *Escritoras de Portugal. Génio Feminino revelado na Literatura Portuguesa*. Vol. I. Lisboa: Tip. de António B. Antunes, 1924.

BRANCO, Camilo Castelo. *Curso de Literatura Portuguesa*. Prefácio de Viale Moutinho. 2. ed. Lisboa: Labirinto, 1986.

CASTRO, Ivo. *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CIDADE, Hernani. *A Épica Portuguesa sob o Domínio Felipino*. Separata da *Revista Guimarães*. Porto: Tip. Costa Carregal, 1940.

CIDADE, Hernani. *A literatura Autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Sá da Costa, 1950.

JORGE, Lúcia. *Contrato Sentimental*. Lisboa: Sextante, 2009.

SARAIVA, António José e LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. 17. ed. Porto: Porto Editora, 2000.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. Governo dos Reis Espanhóis (1580-1640)*. 2. ed. revista e melhorada. Lisboa: Verbo, 2000, vol. IV.

SHELLEY, Percy B. *Defesa da Poesia*. Introdução, tradução do inglês e notas de J. Monteiro-Grillo. 4. ed. Lisboa: Guimarães, 2001.

SILVA, Innocencio J. da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1973, Tomos VI e XVI.